



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DO FINAL DO SÉCULO XIX:
a escrita autobiográfica de Humberto de Campos**

Maria Laura Magalhães Gomes⁸²

RESUMO

Este texto, que constitui parte de uma pesquisa cujo objetivo geral é investigar a escrita autobiográfica de autores brasileiros no que concerne à história da educação matemática, focaliza a narrativa de Humberto de Campos em seu primeiro volume de memórias (1886-1900). Inicialmente, dá-se destaque à relevância dos textos autorreferenciais para o estudo da história da educação, e particularmente da educação matemática. A seção seguinte consiste de uma breve apresentação do escritor maranhense no cenário da literatura brasileira. Logo após, discutem-se, como principais fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa que faz uso de fontes autorreferenciais, a dimensão central da subjetividade, bem como as relações desses textos entre autores, leitores e tempos de rememoração, escrita e leitura. O núcleo do texto é composto pela abordagem das principais experiências escolares narradas pelo autor na cidade de Parnaíba, no interior do Piauí, na década de 1890, com destaque para práticas que envolvem conhecimentos matemáticos. As lembranças escolares registradas na obra do escritor maranhense ressaltam a precariedade material da instrução elementar, o ensino de muitos alunos de diferentes níveis em escolas de um só professor e os métodos de ensino, baseados na repetição e memorização e apoiados em práticas punitivas de castigos e humilhações dos estudantes.

Palavras-chave: Escrita autobiográfica. Humberto de Campos. História da educação matemática no Brasil do final do século XIX.

⁸² Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: mlauramgomes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Textos autobiográficos têm recebido, nos últimos anos, a atenção de vários campos do conhecimento e sido pesquisados segundo diferentes perspectivas. Particularmente no campo da História da Educação, as diversas formas de escrita autobiográfica, escrita autorreferencial ou escrita de si têm sido fonte e objeto de muitos trabalhos (Mignot, Bastos & Cunha, 2000; Bastos, 2006; Melo, 2008, Mignot & Silva, 2011, Almeida & Graziottin, 2015; Peres & Borges, 2015). Nosso interesse no tema vincula-se ao passado da educação matemática no Brasil, em sentido amplo: referimo-nos a experiências, escolares ou não, nas quais estejam envolvidos processos de ensino e aprendizagem de conhecimentos matemáticos, uma vez que, frequentemente, o estudo desses processos se entrelaça a outros objetivos que podem ser perseguidos com o uso de materiais autobiográficos. Por exemplo, investigar os processos de ensino e aprendizagem de tempos pretéritos pela ótica da escrita autorreferencial pode significar, muitas vezes, procurar conhecer tais processos do ponto de vista de gerações ou grupos sociais distintos, ou a partir das percepções de alunos e professores sobre suas experiências, sobre a escola e as práticas pedagógicas nela desenvolvidas em determinados momentos. As fontes autobiográficas são potencialmente interessantes para investigações sobre “a prática efetiva da educação familiar e escolar, o funcionamento concreto do ensino, por meio das aulas e outras experiências instrucionais; e as concepções correntes de cultura/educação/ensino entre os diferentes grupos sociais” (Xavier, 2008, p. 12). Certamente esses são aspectos importantes para a compreensão não somente do passado da educação em geral, mas também da educação matemática.

Consideramos que na pesquisa em história da educação matemática não é bastante estudar ideias, programas, discursos, materiais didáticos, propostas pedagógicas, tornando-se fundamental, também, “tentar compreender a maneira com que professores e alunos reconstruíram sua experiência, como constituíram relações, estratégias, significações por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos” (Souza, 2000, p. 52). Essa premissa conduz a uma abordagem que inclua o ponto de vista de alunos e professores, sobretudo, e que não se limite aos discursos mais comumente evidenciados e valorizados, como os dos sujeitos que, em certos momentos, tiveram destaque nos meios educacionais.

Nesse sentido, a leitura de livros de memórias e autobiografias de pessoas diferenciadas quanto à trajetória de vida, profissão, inserção socioeconômica e política, relações com a cultura escrita e concepções socioculturais, dentre outros aspectos, tem nos mostrado que os escritos autobiográficos representam uma potencial contribuição significativa para a pesquisa de natureza histórica sobre a educação matemática. Assim, nosso objetivo geral é investigar a escrita autobiográfica, sobretudo de autores brasileiros, no que concerne à história da educação matemática.

O presente trabalho relata resultados dessa pesquisa concernentes a um escrito autobiográfico específico, o livro de memórias do escritor maranhense Humberto de Campos (1886-1934) publicado originalmente em 1933.

HUMBERTO DE CAMPOS: quem é esse autor-personagem?

Em entrevista originalmente publicada na revista *Veja* de 19 de novembro de 1980, indagado por Zuenir Ventura se tinha preocupação com a posteridade, Carlos Drummond de Andrade assim respondeu:

De maneira nenhuma, pelo contrário, não dou a mínima. Quando vejo os poetas que dominavam o Rio quando vim para cá e que hoje não têm quem edite suas obras... Havia um escritor chamado Humberto de Campos que era o máximo – até que morreu. O Brasil inteiro acompanhou sua doença, foi uma comoção nacional. Todo mundo lia seus livros. Hoje, não há um editor que se lembre de publicar Humberto de Campos (Ribeiro, 2011, p. 112).

Em 1986, no Pórtico da edição comemorativa do centenário de nascimento de Humberto de Campos, o coordenador da obra, Roberto Reis, que aceitara o convite do então diretor do Instituto Nacional do Livro, Fábio Lucas, para a organização de uma antologia do escritor, enfatizou que havia sido seduzido pela proposta por considerar que uma das tarefas a serem encetadas pela crítica literária brasileira seria “rever o *corpus* consagrado, repensando os escritores descartados pela história literária” (Reis, 1986, p. 13). Na mesma obra, a Introdução, escrita por Roberto Acízelo de Souza, faz referência à função do volume projetado como antologia: recolocar em circulação a obra de Humberto de Campos, visando a assinalar o centenário de seu nascimento. Os textos introdutórios de *O miolo e o pão* (Reis, 1986) acentuam, como a resposta de Drummond a Zuenir Ventura, que Humberto de Campos era um escritor esquecido. No entanto, Reis afirma que se

tratava de um autor que havia sido consagrado em vida, tendo sido apontado em certo momento como o escritor mais lido numa enquete realizada pela imprensa paulista.

Em trabalho recente, Agra (2014) refere-se, também, ao esquecimento em que Campos havia caído desde a década de 1950, tendo seus livros desaparecido das editoras. Entre outras razões para o olvido do escritor maranhense, Agra confere grande relevância aos estudos que datam dos anos 1950 e 1960 a consagração do modernismo brasileiro como modelo hegemônico de criação artística e intelectual com marco estabelecido na Semana de Arte Moderna de 1922. De acordo com esse autor, os padrões artísticos e literários desde então rejeitam os padrões que parametrizavam a escrita de Humberto de Campos.

Os textos de Humberto da década de 1930, portanto, podiam ser bem recepcionados pela intelectualidade conformada à sensibilidade daquela década, entretanto, não se adequavam mais ao novo contexto estabelecido nos anos 50. Sua literatura é tomada como ultrapassada; seus valores, conservadores; sua escrita, de baixa qualidade. Emergem novos personagens, novos autores são consagrados, tornam-se o novo cânone. Humberto, por sua vez, é silenciado, é esquecido (Agra, 2014, p. 286).

Humberto de Campos Veras escreveu uma volumosa obra de crônicas, poesia, contos, crítica literária, folhetins, comentários políticos, humor e memórias. A esse último gênero pertencem vários trabalhos⁸³, pois era extenso o projeto autobiográfico do escritor; contudo, o único publicado em vida de Humberto foi o livro *Memórias*, editado em 1933 no Rio de Janeiro, pela Livraria Editora Marisa. Esse livro, que em edições posteriores recebeu o título *Memórias- Primeira Parte – 1886-1900* (Campos, 1951), narra a infância e o início da adolescência do escritor no Maranhão, seu estado natal, e é a ele que dedicamos este estudo.

Nascido em Miritiba, atualmente denominada Humberto de Campos, em 25 de outubro de 1886, o autor faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1934. Exerceu intensamente o jornalismo, e elegeu-se membro da Academia Brasileira de Letras em 30 de outubro de 1919, tendo sido o terceiro ocupante da cadeira de número 20. Foi, ainda, deputado federal eleito pelo Maranhão três vezes: em 1920, em 1930 e em 1934, embora só pudesse exercer o cargo na primeira vez. De fato, seu segundo mandato foi cassado com o golpe de outubro de 1930, e o escritor faleceu antes de tomar posse na terceira vez que foi eleito (Agra, 2014).

⁸³ Os títulos são: *Memórias, Tomo I*; *Memórias inacabadas* (1935); *Fragmentos de um diário* (1945); *Diário secreto* (1954).

Humberto de Campos é considerado um escritor autodidata; frequentou diferentes escolas durante curtos e descontínuos períodos de sua vida, e não obteve certificados referentes a estudos primários ou secundários. Órfão de pai aos seis anos, seu aprendizado das primeiras letras foi conduzido em parte por sua mãe. Entretanto, frequentou pequenas escolas de primeiras letras no interior do Piauí durante a última década do século XIX. As *Memórias* narram muitas dessas experiências, retratam professores e descrevem minuciosamente espaços e práticas escolares. Articulando história e literatura, tomamos essa obra para abordar alguns aspectos relacionados à realização da educação matemática nesse contexto. Antes, porém, discutiremos sobre os fundamentos teórico-metodológicos norteadores de nosso trabalho com a escrita autobiográfica.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: sobre o trabalho de pesquisa com a escrita autobiográfica

Para Jean Starobinski (1970), três condições essenciais caracterizam a escrita autobiográfica: a identidade entre autor e herói da narração, a presença de uma narração e não de uma descrição, e a cobertura, pela narrativa, de uma situação temporal suficiente para que apareça o traçado de uma vida. Os livros de memórias contemplam plenamente tais condições; de acordo com Starobinski, dentro delas se afirma o estilo de cada autor. O estilo é o modo próprio de cada autobiógrafo satisfazer a essas três condições, e é dentro delas que o escritor regrará sua modalidade particular, o tom, o ritmo, a extensão, a disposição dos eventos narrados, entre outros. Adotamos a perspectiva de Starobinski de que o estilo e a narração são totalmente indissociáveis na escrita autobiográfica: “a marca individual do estilo se reveste de uma importância particular, pois à autorreferência explícita da própria narração, o estilo acrescenta o valor autorreferencial implícito de um modo singular de elocução” (Starobinski, 1970, p. 84). Assim, um primeiro ponto importante na interpretação da escrita autorreferencial é a atenção do intérprete ao estilo do autor estudado, que se integra completamente ao parâmetro teórico-metodológico principal para a utilização do texto autobiográfico: a importância que se assume quanto à subjetividade do autor. Valorizar essa dimensão subjetiva pressupõe uma concepção de verdade no sentido plural, na qual não se pretende que exista uma única versão histórica verdadeira. O que importa para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro

escrito autobiográfico e os modos como seu autor a expressa (Gomes, 2004; Garnica, 2008). Todavia, trabalhar na perspectiva da subjetividade não significa ser menos rigoroso do que quando há uma pretensão explícita à objetividade e à neutralidade. Como a escrita autobiográfica tem a impressão de veracidade transmitida ao leitor como seu elemento constitutivo, um dos cuidados do pesquisador é o de não ser “enfeitiçado” por essa impressão e estar sempre atento ao trabalho de crítica: a fonte não deve ser percebida como uma expressão do que aconteceu “verdadeiramente”.

Outro aspecto importante a ser considerado é a inevitável convivência de tempos na escrita de si: o pesquisador precisará sempre ter em mente que o memorialista, ao recordar o passado, realiza uma ação no presente em que escreve, que é outro tempo. No momento da escrita, interfere poderosamente o repertório sociocultural construído pelo autor em suas experiências de vida, de maneira que uma dimensão anacrônica é inerente aos escritos sobre o passado, e tal dimensão é impossível de ser totalmente eliminada.

Cabe acrescentar às considerações anteriores a necessidade de levar em conta diversos tipos de relações do autobiógrafo com seu texto. De que natureza é a intenção do autor ao construir seu passado por meio da obra? A que público se dirige e o que escolhe para contar a esse público? Como faz uso, na escrita, dos códigos sociais de sua época?

Além disso, está ligado à relação do autor com seu texto o fato de que os escritos autobiográficos mencionam instituições, contextos, pessoas, nem sempre familiares ao leitor pesquisador que, para se informar sobre eles e realizar uma análise pertinente, necessitará complementar a leitura com o estudo de outros materiais. Trabalhar com a escrita de si implica, necessariamente, colocá-la em diálogo com outras fontes, sem, no entanto, valorizar mais determinado tipo de documento. No que diz respeito à pesquisa em História da Educação Matemática, torna-se fundamental, além da leitura de trabalhos investigativos já realizados sobre os temas focalizados, o conhecimento de documentos legislativos, programas de ensino, materiais didáticos e escolares, impressos pedagógicos, entre outros.

Consideremos, por fim, nessa síntese dos fundamentos teórico-metodológicos que alicerçam nossa pesquisa, a dimensão subjetiva, parcial e situada da leitura e da interpretação do escrito autobiográfico. Leitores distintos farão, certamente, análises distintas do mesmo texto, a partir de suas vivências e seleções socioculturais. A própria escolha de materiais autorreferenciais a serem investigados diferirá de pesquisador para

pesquisador em virtude das particularidades de cada um. A reflexão de Starobinski (1976) conecta-se a essas ideias.

As diretrizes sintetizadas anteriormente guiam o estudo das *Memórias* do escritor Humberto de Campos aqui apresentado, no qual nos voltamos especialmente para a educação matemática nas escolas de primeiras letras do Brasil do final do século XIX.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA ESCOLAR: Humberto de Campos e a escola de primeiras letras no interior do Piauí

Humberto de Campos viveu em sua cidade natal, Miritiba, no Maranhão, até o falecimento de seu pai, em 1892. Viúva aos 30 anos, sua mãe precisou vender os bens deixados pelo marido para mudar-se quase um ano depois, em novembro de 1893, para a cidade de Parnaíba, no Piauí, onde viviam alguns de seus irmãos e cunhados. De acordo com a narrativa de Humberto, seu pai, Joaquim Veras, era um comerciante bem sucedido, representante da ordem oligárquica local, e foi responsável, até a morte, pela manutenção de um padrão de vida confortável para a família, constituída pela mãe do autor, Ana, por sua irmã mais nova e uma irmã mais velha por parte de pai, fruto de uma ligação anterior ao casamento.

A morte do pai marca uma mudança significativa na situação social da família, que passa a constituir um núcleo de “parentes pobres” dos irmãos do pai de Humberto. As *Memórias* aludem a uma infância de dificuldades financeiras:

Eu fui um menino que não possuiu, parece, jamais, um brinquedo delicado. É provável que meu pai, nas suas viagens ao Maranhão, me levasse alguma lembrança desse gênero. Mas eu o perdi aos seis anos, e, depois de órfão, minha mãe não podia dispender qualquer quantia, mesmo insignificante, com uma gaita, um boneco ou um pandeiro (Campos, 1951, p. 164).

Xavier (2008) chama a atenção para a realização, regular no século XIX, da educação moral e da instrução elementar dos filhos pelos progenitores. A instrução de Humberto de Campos seguiu esse padrão e foi empreendida primeiramente por sua mãe. Para o aprendizado inicial da leitura e da escrita, o autor conta ter estudado uma carta de ABC supervisionado por ela. Assim ele narra sua entrada na escola, aos oito anos:

Em janeiro de 1895 minha mãe nos matriculou, a minha irmã e a mim, em uma escola pública. Eu estava no fim da carta de ABC, e lia, já, sem tropeços, na sua última folha, que “o amor de Deus é o princípio da sabedoria.” Minha irmã iniciava-se no conhecimento do alfabeto (Campos, 1951, p. 174).

Essa primeira escola era dirigida por Sinhá Raposo, descrita como “miúda, gentil, graciosa, de cor moreno-clara” (p. 175). A escola funcionava na residência da família da professora e era frequentada por crianças pobres. A descrição da sala de aula nos fala de um recinto grande e baixo, de chão de tijolo, mobiliado por “um estrado baixo, com a mesa da professora” e, colocados diante dela, “bancos de madeira, estreitos e altos”, nos quais se assentava “a meninada de ambos os sexos, e de todas as cores de que se constituía a população” (p. 175). Campos menciona o material impresso básico para o ensino do ler, escrever e contar – a cartilha e a tabuada, nas mãos da criançada, que “se esguelava, com toda a força dos pulmões, ao mesmo tempo que balançava as pernas, num mesmo ritmo” (p. 175), para cantar os exercícios de soletração. É nesse momento que surge, no livro, a primeira referência às práticas com a aritmética, semelhantes às da alfabetização, mas, assinala Campos, realizadas pelos iniciantes em tonalidade mais triste:

Dois e ummm – três,
Dois e dôois – quatro,
Dois e trêees – cinco,
Dois e quáaatro – seis,
Dois e cíiinco – sete,
Dois e sêeeis – oito,
Dois e séeete – nove,
Dois e ôooito – dez,
Novisfora um.

Segundo o escritor, a cantiga dos alunos mais adiantados era diferente, e mais alegre, embora mais complicada:

Cinco “vez” cinco – vinte-e-cinco,
Novisfora sete.
Regra de vinte vão dois;
Cíiinco “vez” seis – trinta,
Novisfora três.
Regra de trinta vão três.

Campos nos relata, assim, a realização de uma instrução de responsabilidade da mesma mestra para alunos em níveis distintos. Ele sublinha que, no desdobrar da cantilena, poucos eram os alunos que olhavam para a carta de ABC ou a tabuada: todos estavam mais interessados em contemplar, pelas janelas, o movimento da rua, e cada aluno se empenhava

em “gritar mais alto”, de modo que a professora, que ficava muitas vezes no interior da casa, “lhe distinguisse a voz e o considerasse menino estudioso” (p. 177).

O horário escolar, narra Humberto, estendia-se de dez às duas da tarde, com uma “distração” ao meio-dia: cantar o *Hino ao Trabalho*⁸⁴:

Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
Nos dá vida, saúde e vigor,
E da orquestra da serra e do malho
Brotam hinos, cidades e amor.

Na sequência, o memorialista conta que, embora tivesse manifestado fortemente antes, em casa, o desejo de aprender, a experiência dessa primeira ida à escola, uma obrigação, lhe foi extremamente desagradável em comparação ao aprendizado prazeroso com sua mãe, em um ambiente de liberdade. Campos conta ter saído dessa primeira escola pouco depois do ingresso, devido à mudança de residência de sua família para um lugar distante, a pé, da casa de Sinhá Raposo. Ele afirma que, por volta de meados de 1895, a inexistência de uma escola primária perto de casa fez com que voltasse a aprender a ler e a escrever exclusivamente com sua mãe. Nesse período, conta que estudava, durante o dia, o primeiro e o segundo livros de leitura de Hilário Ribeiro e de Felisberto de Carvalho⁸⁵, e que, à noite, sua mãe examinava sua leitura e lhe ensinava caligrafia. O estudo da aritmética não é mencionado como prática doméstica, o que evidencia a maior relevância, na instrução elementar, do aprendizado da leitura e da escrita.

Depois de algum tempo, Humberto foi matriculado em outra escola dirigida por uma mulher, Dona Marocas Lima, que atendia principalmente a meninas, mas recebia também alguns meninos. Mais uma vez era uma escola na casa da professora.

Ficava à rua Duque de Caxias, em uma casa pequena, de calçada alta, com uma porta e duas janelas de frente. A sala, que abria diretamente para a rua por essa porta e por essas duas janelas, era consagrada à escola. Em frente à porta, encostada à parede, em uma fila única, as doze ou quatorze cadeiras dos meninos. Do lado oposto, em filas sucessivas, as meninas. Entre uns e outros, de frente para a rua, a mesa de Dona Marocas Lima, nossa *mestra* (Campos, 1951, p. 204).

⁸⁴ É uma obra do poeta português António Feliciano de Castilho (1800-1875). Cf. <http://www.arqnet.pt/dicionario/castilhoantoniof.html>. Acesso em 23 jul 2015.

⁸⁵ Esses dois autores estão entre os primeiros brasileiros produtores de livros para a alfabetização. A primeira edição da obra de Hilário Ribeiro data da década de 1880 e a de Felisberto de Carvalho de 1892 (Frade, 2012).

Dona Marocas era uma mulher casada, sem filhos, “frágil, doce, triste e silenciosa”, “que exercia com a sua tristeza e com o seu silêncio uma inquebrantável autoridade” (p. 205). Seu ex-aluno se refere a ela com saudades como “um desses piedosos soldados do ensino primário, angélicos mas inflexíveis combatentes na cruzada contra a Ignorância” (p. 207).

Campos conta seu primeiro contato com essa nova professora, em que ela lhe solicitou, para verificar o nível em que se encontrava o novo aluno, que lesse a primeira lição do terceiro livro de Hilário Ribeiro. Como havia memorizado antes o texto, a história de um polichinelo, o autor, iludido com a possibilidade de “realizar o mais belo feito do mundo”, fechou o volume e começou a recitar o texto, “de memória, a toda velocidade” (p. 211), o que provocou a imediata admoestação da professora. O aluno, então, fez a leitura, “vermelho, as orelhas afogueadas” (p. 212), e a mestra, satisfeita, designou-lhe o estudo de uma lição mais adiante. Contudo, essa cena marca, no livro, a primeira de uma série de exposições do aluno ao ridículo diante das quarenta ou cinquenta meninas da escola de Dona Marocas, que orquestraram com uma risada geral seu desastre inicial.

Tornado, como consequência de uma antipatia física das meninas, “objeto de chacota e mofa” das colegas, Humberto relata que entre as alternativas de aceitar essa condição humilhante, não voltar mais à escola ou impor-se pelo estudo, “dissipando a má impressão causada pela pessoa” (p. 213), adotou a última opção. É então que aparece, nas *Memórias*, uma parte mais extensa dedicada às práticas aritméticas escolares. O autor narra a realização de um momento de sabatina ou “argumento” aos sábados, no qual entrava em cena a palmatória, aplicada como castigo aos que erravam por parte dos colegas.

De pé, em semicírculo, os alunos da mesma classe, a *mestra* sentava-se na sua cadeira, de frente para eles. E começava a inquirição, ou “argumento” da tabuada:

- Oito vezes quatro?

O aluno tinha que responder prontamente, sem refletir nem pestanejar:

- Trinta e dois.

- Nove fora?

- Cinco, porque três e dois são cinco.

Aproveitando essa resposta, e o algarismo final, a professora saltava a inquirir um aluno da outra extremidade:

- Vezes cinco?

- Adiante... adiante... adiante... – dizia, mudando de alvo, à medida que o aluno titubeava.

- Vinte e cinco.

- Nove fora?

- Sete!

- Bolo! – ordenava Dona Marocas.

O aluno vitorioso tomava a palmatória, que se achava sobre a mesa, e corria a roda, castigando com um bolo, ora forte, ora mais suave, conforme a simpatia que os ligava ou a antipatia mútua, os companheiros que não haviam respondido, ou tinham respondido errado (Campos, 1951, p. 214-215).

Humberto, na intenção de destacar-se nos estudos e vingar-se das meninas, diz ter se convertido rapidamente num “elemento respeitável na tabuada” e a partir daí, ter passado, “com verdadeira delícia”, a segurar, com sua “mão curta e grossa de plebeu, os dedos finos de mocinhas de quatorze ou quinze anos, a fim de lhes aplicar na palma um bolo estalado e seguro”, que “às vezes as fazia corar” (p. 215). Porém, insucessos continuam a ocorrer ao aluno, que prossegue como alvo das gargalhadas das colegas e se defende “contra os apelidos e contra qualquer tentativa de ridículo”, com “boa memória para a tabuada, e mão pesada, para o bolo” (p. 217).

Nosso autor assinala que a escola de Dona Marocas fazia o mesmo que todos os estabelecimentos de ensino primário de seu tempo, isto é, lançava mão, com frequência, de castigos físicos rigorosos e humilhantes: fazer o estudante passar a tarde de joelhos ou usar capacetes de papelão com dizeres como “vadio”, “burro”, “malcriado” “de pé, com o livro aberto, à porta da rua” (p. 218). Ele diz que não se lembra de ter exibido aos transeuntes qualquer desses capacetes, mas também afirma isso poderia ser uma modéstia da sua memória.

Humberto descreve minuciosamente acontecimentos de sua vida nessa escola, referindo-se aos colegas e às amigadas. No entanto, a piora das condições econômicas da família levou a uma mudança para um arraial de pescadores denominado Morros de Mariana durante mais de um semestre, e à saída da escola predominantemente feminina de Dona Marocas. A estadia no arraial constituiu, para Humberto, um “curso de vadiação”, que o converteu de “simples estudante de travessuras” a “doutor, com distinção, em todas as disciplinas, ou melhor, em todas as indisciplinas” (p. 259). Ele se qualifica, nesse momento, o ano de 1897, como “selvagem”, “insolente, malcriado e destemido”, dono de um enorme “cabedal de nomes feios”. E foi por essa época que a mãe, desesperando de lhe dar um destino melhor, afastou o filho da escola, para consagrá-lo a um ofício. Humberto foi colocado como aprendiz de uma alfaiataria em Parnaíba até que os tios paternos, bem sucedidos economicamente, propõem sua volta à escola, simultaneamente ao trabalho como empregado na casa comercial de um deles.

O comércio havia sido a profissão de meu pai, e a base da prosperidade de seus irmãos vivos. Era preferível vender fazenda, como negociante, a cortá-la, como alfaiate. Eurgia, sobretudo, tomar as minhas horas, ocupar todos os minutos do meu dia, consagrando-os ao Deus do Trabalho, de modo a não deixar um só, disponível, para o Demônio da Vadiação.

Tornei, assim, aos livros, matriculando-me no *Externato São José*, do professor José Serra de Miranda (Campos, 1951, p. 275-276).

Essa escola masculina, mais uma a funcionar na residência do professor, é a penúltima frequentada por Humberto de Campos mencionada no livro. O autor salienta o fato de, como as demais escolas masculinas da cidade, ela não possuir qualquer instalação sanitária, o que obrigava os alunos a pedir licença ao mestre para satisfazer suas necessidades fisiológicas num *igarapé* por trás da casa. Os móveis dessa escola eram precários e desconfortáveis, como salienta o antigo aluno.

O mobiliário do *Externato* era o de qualquer escola pública da cidade. Bancos estreitos e sem encosto, alinhados diante da mesa do professor. Ao lado desta, outra mesa para o “ditado”. Não havia carteiras, nem qualquer outro ponto de apoio para o livro ou para os braços. (...) Apenas um ou outro aluno mais afortunado pode levar para a escola a sua cadeira. No *Externato São José* estes últimos não eram mais de oito ou dez, que ficavam na primeira fila, formando o “estado-maior” do estabelecimento (Campos, 1951, p. 278).

A escola de José Serra de Miranda, frequentada pelo escritor em 1897 e 1898, tinha reputação de boa qualidade e, com um único professor, atendia simultaneamente a cerca de oitenta alunos. O diretor e professor era responsável pelo ensino de português, latim, francês, inglês, aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, História Universal, História Sagrada “e o mais que se quisesse”. O ensino, no entanto, consistia, segundo Campos somente em “passar a lição, e tomar a lição”, “tudo decorado”. Os pais dos alunos se convenciam de que o professor era um sábio, somente a partir dos livros que ele lhes exigia. Mais: “o filho, em pouco tempo, seria outro” (p. 279). Outro detalhe interessante é posto em foco: os alunos do curso secundário lecionavam para os do curso primário: “Quem não aprendera, tinha o direito de passar adiante a sua ignorância, e de empregar, discricionariamente, a palmatória” (p. 279). Para o escritor maranhense, esse instrumento de punição era considerado, no *Externato*, uma divindade doméstica, que era enfeitada pelos alunos com fitas coloridas nas festas da escola.

Sobre o professor Serra de Miranda, Campos se estende minuciosamente, descrevendo-o como um ex-seminarista que era um indivíduo à parte numa cidade que só

possuía um vigário. O mestre tinha humor muito instável, e o clima do colégio dependia dessa circunstância; se o professor se irritasse, “a palmatória cantava a tarde inteira, como se tivesse ficado doída, de repente” (p. 284). Às vezes, decretava um “suéto”, isto é, um descanso na escola, e então divertia-se jogando biscoitos para os meninos. Quando se instalava a desordem conseqüente, fazia a palmatória trabalhar. Não obstante essas características, Serra de Miranda tinha acentuado gosto literário, era um colaborador do único jornal de Parnaíba, um quinzenário de quatro páginas que aparecia em época de eleições, e escreveu um romance como continuação da obra *Quo Vadis?*.

Humberto de Campos relata que as “originalidades” do professor acabaram por levar os pais a afastar seus filhos da escola dirigida por ele. Nessa época, surgiu em Parnaíba outro ex-padre, Antônio Saraiva Leão, que fundou o Colégio Saraiva, uma escola para meninos e meninas em salas separadas. Aí o autor se submeteu ao seu único “exame de letras”, realizando “provas públicas de capacidade” em dezembro de 1898. O professor, que havia cobrado antecipadamente dos pais dos alunos a mensalidade para a realização do ritual dos exames públicos, após as provas serviu aos alunos “canja de galinha, um pedaço de pão-de-ló e um cálice de vinho do Porto” (p. 302). Mesmo tendo sido sorteado com pontos de gramática e geografia que não dominava, Humberto conta ter sido aprovado “plenamente” em tudo. Ele acrescenta que acredita que o professor não reabriu a escola no ano seguinte.

As referências ao Colégio Saraiva representam o último dos episódios escolares contados no livro. A narrativa enfatiza, precisamente nesse momento da vida do autor, a grande pobreza do seu núcleo familiar. Na idade de doze anos, Humberto deixou de frequentar ambientes de escola, e passou a somente trabalhar, exercendo sucessivamente, em Parnaíba, as funções de “caixeiro-vassoura” no estabelecimento comercial de seu tio, de auxiliar de costura de sua mãe na fabricação de meias e de aprendiz numa oficina tipográfica. Finalmente, em 1900, um tio paterno, Franklin Veras, se ofereceu para levá-lo para São Luís e tentar conseguir-lhe uma colocação no comércio da capital do Maranhão. Lá, o autor voltou a trabalhar como tipógrafo. A primeira parte das *Memórias* se encerra com o futuro escritor como empregado da grande firma comercial do português José Dias de Matos. É nesse lugar que ele passa o último dia de 1899 e vê a entrada de 1900, no último capítulo da obra.

PALAVRAS FINAIS: o comum e o singular na experiência de educação matemática escolar narrada por Humberto de Campos

Humberto de Campos frequentou pouco os espaços escolares, mas registrou muitos aspectos de sua vivência neles em seu primeiro livro de memórias. Na investigação da escrita memorialística do autor e exploração de alguns desses relatos, visibilizaram-se elementos comuns a outras narrativas literárias. É o caso das obras de José Lins do Rego, estudadas por Galvão (1998) em seu trabalho acerca do cotidiano das escolas de primeiras letras no estado da Paraíba no período 1890-1920.

Tal como esse trabalho, a leitura do livro de Campos nos possibilita o encontro com escolas que funcionavam na casa dos professores, em salas que acolhiam alunos de várias idades e níveis, e em alguns momentos separavam meninos e meninas. Vemos aí o uso de espaços improvisados, em geral a sala da residência dos mestres, que dispunham apenas de mobiliário rudimentar e desconfortável, e não contavam com instalações sanitárias para os estudantes. Essas mesmas condições estão registradas em muitos estudos sobre a instrução elementar no Brasil antes do advento dos grupos escolares, criados primeiramente no estado de São Paulo em 1893.

Em relação ao trabalho pedagógico, do mesmo modo como observa Ana Galvão no estudo das escolas paraibanas (1998), notamos a inexistência de momentos de explicações dos conhecimentos escolares pelos professores aos alunos nas escolas retratadas por Humberto de Campos. A docência narrada pelo memorialista consiste em marcar e tomar lições que os alunos estudam sozinhos, tendo como guias do aprendizado a carta de ABC, com seus exercícios de soletração, e a tabuada (no livro de Campos, explicitamente encontramos exemplos de adição e multiplicação, acompanhadas da “prova dos nove”). Recitar resultados da tabuada e formar sílabas juntando as letras são práticas realizadas em coro, cantadas. À semelhança do que ocorre em sociedades onde predomina a tradição oral (Galvão, 1998, p. 185), a repetição e o recurso à memória constituem a base da instrução.

Esses métodos de ensino aparecem invariavelmente ligados às punições em muitos testemunhos de antigos alunos que escreveram memórias. Como observa Souza (2000, p. 93):

Não há memória de alunos daquele tempo que não relate um terrível encontro com a fêrula. Ora era aplicada aos alunos desatentos, ora aos recalcitrantes, ora manifestava o arbítrio ou mau humor do professor, ora era aplicada nas sabatinas, nos malfadados dias de quinau.

Nas memórias de Humberto de Campos, a palmatória, símbolo do “poder do professor, da escola, o poder da ameaça e da dor” (Galvão, 1998, p. 197), entra em cena em situações como as enumeradas acima. Além do castigo físico representado pelos “bolos”, lemos relatos de humilhações dos estudantes, expostos às zombarias dos outros alunos e até mesmo de pessoas externas à escola, momentos igualmente mencionados por Ana Galvão. O livro que estudamos mostra, ainda, que não era privilégio do mestre o uso da palmatória, já que os alunos aplicavam bolos nos colegas. Punições em forma de castigo corporal e uso de “capacetes” humilhantes diante dos colegas e dos transeuntes surgem, no entanto, de modo “natural” na narrativa de Campos, o que mostra que práticas assim continuavam muito comuns no final do século XIX, mesmo com a proibição⁸⁶ por leis no período imperial, em pleno Brasil republicano. Souza (2000) chama a atenção para o fato de o castigo físico ser condizente “com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade”, espelhando “a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal” e comportando-se “como um emblema da profissão docente” (p. 94).

As referências específicas à educação matemática, na escrita autobiográfica de Humberto de Campos, um aluno que pouco frequentou a escola, não são muitas. Parece-nos, porém, que compreender a participação dos conhecimentos matemáticos nas escolas de primeiras letras não é viável sem que conheçamos as práticas nelas desenvolvidas nesses cenários em que a Matemática não se revela de forma notável ou diferenciada (Garnica, 2010). Como procuramos mostrar, as práticas escolares narradas por nosso memorialista são comuns e têm sido demasiado observadas em outras fontes, sobretudo outros textos autorreferenciais.

Todavia, é preciso lembrar, sempre, que a história não é simplesmente a concatenação de informações sobre datas e acontecidos. A literatura, da qual uma das manifestações é a escrita autobiográfica, é importante para nossa compreensão das sensibilidades de uma época, dos valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento no passado, é fundamental para nosso entendimento da forma como os homens representavam a si próprios e ao mundo (Pesavento, 2003). Esses, junto com os eventos e práticas educacionais/escolares, são aspectos relevantes de serem estudados quanto à educação matemática praticada em

⁸⁶ Souza (2000) e outros autores se referem a uma lei do Império que condenava o uso da palmatória.

qualquer época. São esses aspectos que, a meu ver, singularizam a escrita das memórias de Humberto de Campos. No que concerne às intenções do autor (observando um parâmetro teórico-metodológico que ressaltamos), essa escrita, conforme sublinha Agra (2014), não é movida apenas pelas razões econômico-financeiras de alguém que, no momento da produção da obra, passava necessidades e ao mesmo tempo tinha se consagrado como escritor junto ao público. O autor, gravemente doente desde 1928, ao vislumbrar o fim de sua trajetória, voltou o olhar para o passado como possibilidade simultânea de fuga das condições do presente e de confissão de natureza pedagógica ao leitor – Humberto de Campos pretendia que sua narrativa pudesse servir como exemplo “de alguém que veio do completo anonimato e ascendeu a relevantes cargos, superando as diversas dificuldades que se impuseram diante de si” (Agra, 2014, p. 240).

REFERÊNCIAS

- Agra, G. F. (2014). *Quando a doença torna a vida um fardo: a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)*. Tese de Doutorado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Almeida, D. B. & Graziottin, L. S. S. (2015). Escrituras marginais: fragmentos de memórias da professora Malvina Tavares (1891-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, 15, 1 (37), 109-142.
- Bastos, M. H. C. (2006). Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do Professor Coruja. *Educação em Questão*, 25, 157-189.
- Campos, H. de. (1951). *Memórias: Primeira Parte – 1886-1900*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson INC. Editores.
- Frade, I. C. da S. (2012). As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, 12, 2 (29), 171-208.
- Galvão, A. M. de O. (1998). *Amansando meninos: uma leitura do cotidiano da escola a partir da obra de José Lins do Rego*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Garnica, A. V. M. (2008). *A experiência do labirinto: metodologia, história oral e educação matemática*. São Paulo: Editora UNESP.
- Garnica, A. V. M. (2010). Analisando imagens: um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares. *Bolema*, 23, 35A, 75-100.

Gomes, A. C. (2004). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: Gomes, A. C. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 7-24.

Melo, J. F. de. (2008). *Modos e condições de participação na cultura do escrito: Pedro Nava e a formação na família (1903-1913)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Mignot, A. C., Bastos, M. H. C. & Cunha, M. T. S. (2000). *Refúgios do eu: história, educação e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres.

Mignot, A. C. & Silva, A. L. da. (2011). Tão longe, tão perto: escrita de si em relatórios de viagens. *Educação em Revista*. 27, 435-458.

Peres, E. & Borges, F. (2015). Relações entre história e literatura: a obra de Cora Coralina e as questões do ensino e dos processos de escolarização no final do século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, 15, 2 (38), 23-53.

Pesavento, S. J. (2003). O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, 14, 31-45.

Reis, R. (1986). *O miolo e o pão: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos*. Niterói: EDUFF/Brasília: INL.

Ribeiro, L. P. A. (org.). (2011). *Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Souza, M. C. C. C. de. (2000). *A escola e a memória*. Bragança Paulista: IFAN-CDPAH, Editora da Universidade São Francisco.

Starobinski, J. (1970). Le style de l'autobiographie. In Starobinski, J. *La relation critique : l'oeil vivant II*. Paris : Gallimard, 83-99.

Xavier, M. E. S. P. (2008). *A educação na literatura do século XIX*. Campinas: Alínea.